

PRONOMES E “FORMAS VAZIAS” NO DESENVOLVIMENTO DA TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE

Fábio Aresi

Submetido em 07 de junho de 2018.

Aceito para publicação em 04 de setembro de 2018.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n. ° 56, novembro. p. 38-56

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
- (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Quinta-feira, 22 de novembro de 2018.

PRONOMES E “FORMAS VAZIAS” NO DESENVOLVIMENTO DA TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE

PRONOUNS AND “EMPTY FORMS” IN THE DEVELOPMENT OF ÉMILE BENVENISTE’S ENUNCIATIVE THEORY

Fábio Aresi^{1*}

RESUMO: Neste trabalho, investigo como os elementos componentes das ditas “formas vazias” da língua na perspectiva enunciativa de Émile Benveniste – responsáveis pelas categorias linguísticas de pessoa, tempo e espaço – operam no desenvolvimento teórico do linguista, partindo dos estudos sobre os pronomes pessoais e os verbos nos anos 1950, e culminando na descrição formal apresentada à moda de síntese no texto *O aparelho formal da enunciação*, de 1970. A questão é de ordem epistemológica: se este último trabalho benvenistiano voltado para a enunciação é marcado simultaneamente pela síntese de seus trabalhos anteriores e pelo alargamento teórico da enunciação, como se coaduna, nele, a reflexão sobre os pronomes e demais “formas vazias”, cuja especificidade parece se opor a uma concepção global de enunciação?

PALAVRAS-CHAVE: Pronomes; formas vazias; enunciação.

ABSTRACT: The goal of this paper is to investigate how the elements which constitute the so-called “empty forms” of language in the enunciative perspective from Émile Benveniste – and which are responsible for the linguistic categories of person, time, and space – operate in the linguist’s theoretical development, taking as starting point his studies about personal pronouns and verbs dating from the 1950’s, and as ending point the formal description presented as synthesis in the paper *The formal apparatus of enunciation*, from 1970. The question here is of an epistemological order: If Benveniste’s last paper regarding enunciation is simultaneously distinguished by the synthesis of the linguist’s previous studies and by the theoretical enlargement on enunciation in relation to language, how does the thought of pronouns and other “empty forms” co-exist with a global understanding of enunciation?

KEYWORDS: Pronouns; empty forms; enunciation.

Introdução

Émile Benveniste, como se sabe, é conhecido como o linguista responsável por dar início, através de seus estudos sobre o papel da língua em sua relação com o homem e a cultura, ao que se convencionou chamar de teoria da enunciação. Com efeito, os estudos reunidos nos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*² (doravante

1 Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorando pela mesma instituição.

2 Ainda que Benveniste seja mais tradicionalmente conhecido, especialmente no Brasil, como um “linguista da enunciação”, sabemos que o conjunto da obra benvenistiano não se resume aos dois volumes de *PLG*, e também não se limita ao estudo da enunciação. O conhecimento que se tem é o de uma vasta produção intelectual de Émile Benveniste, abrangendo desde a gramática comparada até estudos da

citados como *PLG I* e *PLG II*) representam um grande esforço por parte de Benveniste de ver, na língua atualizada em discurso, o ponto onde se fundam necessariamente a linguagem, a subjetividade, e, em última análise, a própria sociedade. É essa a ideia que parece estar resumida na famosa frase de seu texto *Da subjetividade na linguagem* (1958)³: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (*PLG I*, p. 285).

Em estudo anterior (Aresi, 2011), procurei explorar, a partir de uma abordagem terminológica e nocional, dois conceitos importantes à teorização benvenistiana, o de “índices específicos” e o de “procedimentos acessórios”, ambos elaborados em conjunto por Émile Benveniste em seu texto mais célebre dedicado à enunciação, o artigo de 1970 intitulado *O aparelho formal da enunciação*, vendo neles uma espécie de “ponto de chegada” de uma reflexão desenvolvida ao longo de três décadas em torno do fenômeno enunciativo. Mais tarde, em minha dissertação de mestrado (Aresi, 2012), a tarefa foi redimensionada, uma vez que o objetivo da pesquisa passou a ser a realização de uma exegese do texto de 1970 em sua integralidade, mostrando em meu percurso de leitura, ponto a ponto, em que medida *O aparelho formal da enunciação* representa simultaneamente um “texto-síntese” e um “texto-programa” da teoria, isto é, um texto através do qual Benveniste ao mesmo tempo organiza a perspectiva enunciativa por ele esboçada no decorrer de seus trabalhos anteriores, e “abre” a reflexão, ampliando o alcance teórico da enunciação em relação à língua e oferecendo à teoria enunciativa a novas possibilidades de análise.

No presente trabalho, busco analisar uma questão mais específica, mas que dialoga com as investigações acima citadas. Trato aqui de investigar como a categoria das “formas vazias”, tão presente em textos de Benveniste voltados para a análise das formas linguísticas responsáveis pelas noções de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, apresenta-se no texto *O aparelho formal da enunciação*. Ora, trata-se aqui de responder a uma questão de ordem epistemológica: Se consideramos que, no artigo de 1970, caracterizado por seu aspecto ao mesmo tempo retrospectivo e prospectivo, Benveniste realiza um duplo movimento a respeito do estudo da enunciação (de síntese e de ampliação), como o linguista, em relação aos seus trabalhos anteriores, resolve a questão do reconhecimento, no interior da língua, de “formas vazias” cuja única realidade é o discurso? Como essa ideia, concernente à especificidade de certas entidades linguísticas, coaduna-se com a noção de enunciação enquanto “mecanismo *total* e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua *inteira*” (*PLG II*, p. 82, grifos meus)?

Para dar resposta a essas questões, divido este trabalho em três momentos. No primeiro deles, realizo uma breve revisão teórica dos estudos benvenistianos acerca das categorias linguísticas de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, uma vez que é no seio da discussão sobre o estatuto das “formas vazias” que dão expressão a tais categorias que a reflexão enunciativa nasce em Benveniste. Assim, tomo como *corpus* aqui os artigos *Estrutura*

linguagem poética. Uma lista bibliográfica organizada por Mohammad Djafar Moïnfar em 1975 registra a publicação, por parte de Benveniste, de 18 obras, 291 artigos, 300 resenhas e 34 comunicações na *Société Linguistique de Paris*. Cf. MOÏNFAR, Mohammad Djafar, Bibliographie des travaux d'Émile Benveniste. In: *Mélanges linguistiques offerts à Émile Benveniste*. Louvain: Peeters (Collection Linguistique publiée par la Société de Linguistique de Paris LXX), 1975.

³ As datas que acompanharão os títulos de cada um dos textos de *PLG I* e *PLG II* citados no decorrer deste trabalho dizem respeito ao ano de suas publicações originais. Ainda assim, as referências de página tomarão como fonte os dois volumes acima mencionados.

das relações de pessoa no verbo (1946), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958) e *A linguagem e a experiência humana* (1965). Num segundo momento, abordo os textos de Benveniste nos quais ele constrói a distinção, no plano da significação, do par “semiótico/semântico”, buscando ver em que medida essa distinção redimensiona o papel da referência à instância de discurso em relação às unidades da língua. Neste caso, os textos de base são *Os níveis da análise linguística* (1954), *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *Semiologia da língua* (1969). Por fim, na terceira parte do trabalho, confronto as leituras anteriores com o texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), procurando ver como se apresentam (e como interagem) nele duas formulações distintas a respeito da enunciação, uma de ordem mais restritiva, outra de ordem mais global.

Por fim, é importante salientar que este trabalho se presta a uma abordagem estritamente enunciativa da produção intelectual de Benveniste. Trata-se, portanto, de uma leitura no interior do que se tem chamado de Linguística da Enunciação, não sendo de meu interesse realizar uma abordagem exaustiva de nenhum dos textos aqui trazidos, muito menos dar conta da totalidade do pensamento deste brilhante linguista, se é que isso é possível. Resguardo, assim, a amplitude da reflexão por ele desenvolvida, relativa a qual se reconhece haver, na atualidade, grande interesse por aspectos de ordem mais ampla⁴.

1. “Formas vazias” – pessoa, espaço e tempo

Acredito não ser equivocada a afirmação de que a perspectiva enunciativa esboçada por Benveniste tem o seu início a partir de um texto de 1946, intitulado *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, no qual se mostra, pela primeira vez, a distinção efetuada pelo linguista entre as categorias de *pessoa* e de *não-pessoa*. Como bem atesta o título do trabalho, nele Benveniste investiga a categoria de “pessoa” nas formas verbais das línguas. Para o linguista, esta categoria “pertence realmente às noções fundamentais e necessárias do verbo” (*PLG I*, p. 250), uma vez que “não parece que se conheça uma língua dotada de um verbo no qual as distinções de pessoa não se marquem de uma ou de outra maneira” (*PLG I*, p. 250). Isto posto, Benveniste analisa a marca pessoal no verbo, para constatar que esta marca é própria somente às pessoas *eu* e *tu*, e ausente na forma dita de “terceira pessoa”. O que o permite realizar tal oposição? O autor explica:

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, ‘tu’ é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de ‘tu’. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do ‘eu-tu’; essa forma é

4 Refiro-me aqui, em especial, ao interesse atual pelo aspecto antropológico que parece estar na base de toda a reflexão benvenistiana, dando-nos essa fascinante impressão de que os textos do linguista, por mais diversificados que sejam em termos de tema, de diacronia, interlocução ou de abordagem, de alguma forma dialogam entre si. Sobre este aspecto da teoria de Benveniste, ver FLORES, Valdir do Nascimento. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. *Desenredo* (PPGL/UPF), v. 13: p. 9-18, 2017.

assim exceptuada da relação pela qual ‘eu’ e ‘tu’ se especificam (PLG I, p. 250, grifos do autor).

As formas ‘eu’ e ‘tu’ são, portanto, as únicas com estatuto de *pessoa*, em oposição a “ele”, forma linguística que Benveniste define como “não-pessoa”. Essa condição das formas “eu-tu” fará com que elas, ao indicarem pessoa, caracterizem-se por sua *unicidade e inversibilidade*. Como analisa Benveniste, “o ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez únicos. ‘Ele’, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum” (PLG I, p. 253). Da mesma maneira, “‘eu’ e ‘tu’ são inversíveis: o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e ‘ele’” (PLG I, p. 253).

O que está em jogo nesta oposição entre “pessoa” e “não-pessoa” na análise benvenistiana da marca pessoal no verbo? Essencialmente, o que permite a Benveniste separar “eu-tu” de “ele” é justamente a *referência* particular que se estabelece nas duas primeiras formas. Embora o termo “referência” não seja tão frequente neste texto, a noção seguramente está lá. O linguista não emprega este termo, mas recorre a ele através de verbos como “implicar” e “designar”. Assim, por exemplo, a “terceira pessoa” caracteriza-se como “não-pessoa” justamente “pelo fato de não implicar nenhuma pessoa” (PLG I, p. 253). A referência única das formas “eu” e “tu” à pessoa é, portanto, o *discriminador* de sua especificidade em relação à forma “ele”.

Vemos isso ainda com mais clareza nos textos *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958). Nestes dois textos, a noção de *referência* é explicitamente manifesta, e podemos perceber claramente que é justamente em função dela que as formas pertencentes às categorias de pessoa, espaço e tempo assumem seu estatuto particular dentre as demais formas da língua.

No trabalho de 1956, ao analisar a propriedade fundamental das formas pronominais “eu” e “tu” na “organização referencial dos signos linguísticos”, Benveniste constata:

Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há “objeto” definível como *eu* ao qual se possam remeter idênticamente essas instâncias. **Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal. Qual é, portanto, a ‘realidade’ à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma ‘realidade de discurso’, que é coisa muito singular** (PLG I, p. 278, grifos em itálico do autor, grifo em negrito meu).

Ora, o que se percebe é que as formas “eu-tu”, sendo passíveis de ser identificadas somente na instância de discurso que as contém, tomam, portanto, a *referência à enunciação* como sua própria condição de existência. Benveniste é claro nesse ponto: “a forma *eu* só tem existência linguística no ato de palavras que a profere” (PLG I, p. 279). A forma “ele”, pelo contrário, por caracterizar-se justamente pela falta da referência de pessoa, reporta não à situação de discurso, mas à própria língua fora da alocação. Trata-se, neste caso, de uma referência “objetiva”, em oposição à referência “subjetiva” que marca as formas “eu-tu”.

Ainda no texto *A natureza dos pronomes* (1956), Benveniste estende a especificidade referencial dos pronomes a outras unidades linguísticas. O destaque à referência é visível:

Essa **referência constante e necessária à instância de discurso** constitui o traço que une a *eu/tu* uma série de ‘indicadores’ que pertencem, pela sua forma e pelas aptidões combinatórias, a classes diferentes – uns pronomes, outros advérbios, outros ainda locuções adverbiais (*PLG I*, p. 279, grifo em itálico do autor, grifo em negrito meu).

Entram neste grupo, portanto, os signos ditos demonstrativos (“isto”, “essa”, “aquele”, etc.), bem como advérbios espaço-temporais, do tipo “aqui”, “agora”, “hoje”, “ontem”, etc. Em suma, os elementos linguísticos geralmente denominados de “dêiticos”. Enfim, o que devemos reter desta revisão é o fato de que “o essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente* instância de discurso” (*PLG I*, p. 280, grifo do autor). Que tipo de relação é essa? Trata-se de uma relação de *referência*, constitutiva da língua e sem a qual não podemos pensar em comunicação intersubjetiva.

No texto de 1958, *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste retorna a falar sobre as formas pessoais e espaço-temporais, desta vez dirigindo-se a um público de leitores psicólogos⁵, para tratar do tema explicitado no título mesmo de seu estudo, isto é, a “subjetividade na linguagem”. Nele, vemos que o fundamento da “subjetividade” é, antes de tudo, linguístico, sendo esta possível somente porque a língua dispõe de elementos que permitem ao locutor *referir* a si mesmo no seu próprio discurso, propondo-se, assim, como “sujeito”. A seguinte passagem é suficiente para esclarecer essa questão:

Estamos na presença de uma classe de palavras, os ‘pronomes pessoais’, que escapam ao *status* de todos os outros signos da linguagem. A que, então, se refere o *eu*? A algo de muito singular, que é exclusivamente linguístico: ***eu se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor***. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que ***só tem referência atual***. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como “sujeito” (*PLG I*, p. 288, grifos em itálico do autor, grifos em negrito meus).

Vemos aqui a linguagem como o próprio lugar da emergência do sujeito, que se constitui como *eu* no seu discurso e, ao fazê-lo, instaura imediata e necessariamente um *tu* diante de si:

A consciência de si só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torno *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. (*PLG I*, p. 286, grifos do autor).

5 O texto *Da subjetividade na linguagem* foi originalmente publicado, em 1958, em uma revista de psicologia (*Journal de psychologie*, jul.-set. 1958, P.U.F.).

Assim, se Benveniste afirma que “eu” e “tu” não são produzidos senão na e pela enunciação, é porque a enunciação é aí, ao mesmo tempo, o *lugar* único no qual eles emergem e o *processo* único através do qual eles emergem, instância dupla que coincide com a emergência do sujeito. É, portanto, dentro do processo de enunciação e somente através dele que a relação fundante “*eu-tu*” se dá, dando origem a estas entidades linguísticas específicas do discurso, sem as quais não haveria a possibilidade nem de subjetividade, nem mesmo de linguagem.

Da mesma maneira, se os pronomes são, tal como Benveniste afirma, “o primeiro ponto de apoio para a revelação da subjetividade na linguagem” (*PLG I*, p. 288), deles também dependem “outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*” (*PLG I*, p. 288):

São os indicadores da *dêixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência: ‘isto, aqui, agora’ e as suas numerosas correlações ‘isso, ontem, no ano passado, amanhã’, etc. Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia (*PLG I*, p. 288, grifos do autor).

Levando em conta todo o conjunto dos “dêiticos”, podemos dizer, tal como Benveniste postula em *A natureza dos pronomes* (1956), que eles “delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*” (*PLG I*, p. 279, grifo do autor). Vemos, desse modo, o caráter solidário que configura este mecanismo particular da referência: os chamados “indicadores da *dêixis*” tiram sua existência a partir da instância enunciativa que contém *eu*, ao mesmo tempo em que é através deles que *eu* se situa no espaço no tempo. Cabe ainda salientar que a natureza comum destes indicadores se deve precisamente pelo seu próprio estatuto de “indicadores”. Ora, Benveniste não se refere às formas pessoais e espaço-temporais como “indicadores” por acaso: a sua designação reflete a função que exercem - não aquela de *representar*, mas aquela de *indicar*. Trata-se de elementos que apontam referencialmente para a instância a cada vez única de discurso da qual eles são coextensivos e contemporâneos; eles não existem senão nela. Nas palavras de Benveniste: “O essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente* instância de discurso” (*PLG I*, p. 280, grifo o autor).

A noção de “presente” trazida nesta última passagem nos leva à categoria do *tempo*, na qual Benveniste, em *Da subjetividade na linguagem* (1958), reconhece um aspecto universal⁶ da linguagem. Independentemente da diversidade das línguas, a linguagem promove sempre uma organização em torno do tempo, ou, como afirma o linguista, “de uma ou de outra maneira, uma língua distingue sempre ‘tempos’” (*PLG I*, p. 289). Em torno de que se organizam estes tempos? Segundo Benveniste, a referência central na organização dos tempos verbais é sempre o *presente*, e “esse ‘presente’, por

6 O emprego do termo “universal” não deve ser tomado aqui na acepção da perspectiva gerativista, como no sintagma “gramática universal” proposto pelo modelo chomskiano. Assim, se digo que a categoria de tempo é um “universal” da linguagem, digo-o no sentido de ser “geral”, “transcendente” a todas as línguas. Para Benveniste, muito antes de figurar como uma noção ordem biológica e inata, “universal” parece estar mais ligado a uma concepção antropológica, relativa à condição do homem enquanto sujeito falante.

sua vez, tem como referência temporal um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a **instância de discurso** que o descreve” (PLG I, p. 289, grifo meu). Portanto:

Esse é o momento eternamente “presente”, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva” porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas (PLG I, p. 289).

Benveniste resume a discussão sobre a temporalidade sob uma única frase: “O tempo linguístico é *sui-referencial*” (PLG I, p. 289, grifo do autor). E essa temporalidade marcada através do mecanismo linguístico dos verbos “revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem” (PLG I, p. 289).

A questão do tempo linguístico é mais pormenorizadamente discutida em *A linguagem e a experiência humana*, texto de 1965, no qual Benveniste se detém rigorosamente sobre a noção de *tempo*, analisando a sua natureza linguística e sua função constitutiva na experiência humana. Assim, para abordar a questão da temporalidade, o linguista parte da constatação da existência de diferentes noções de tempo. Há, segundo ele, um tempo que é *específico da língua*, em oposição a outras noções, as quais também é necessário distinguir entre si.

Benveniste destaca, em primeiro lugar, o tempo *físico* do mundo, definido como “um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade” (PLG II, p. 71). Trata-se de uma noção objetiva de tempo, cujo correlato subjetivo, o tempo *psíquico*, caracteriza-se como “uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior” (PLG II, p. 71). Destes dois conceitos de tempo, o linguista alerta a necessidade de se distinguir um outro: o tempo *crônico*. Trata-se, neste caso, do tempo dos acontecimentos. Desse modo, mesmo que nossa vida esteja inserida em uma temporalidade linear, ao mesmo tempo física e psíquica, que corre em uma única direção, ela tem “pontos de referência que situamos exatamente numa escala reconhecida por todos, e aos quais ligamos nosso passado imediato ou longínquo” (PLG II, p. 71). Tais pontos de referência são responsáveis por dar uma sequencialidade aos acontecimentos, o que permite, por consequência, que possamos percorrer os acontecimentos em duas direções, “do passado ao presente ou do presente ao passado” (PLG II, p. 71). Assim, segundo o linguista, “o tempo crônico, congelado na história, admite uma consideração bidimensional, enquanto que nossa vida vivida corre [...] num único sentido” (PLG II, p. 71). Este tempo crônico torna-se objetivamente socializado através, por exemplo, do *calendário*, um cômputo que estabelece seu início de contagem sempre a partir de um momento axial da história, que permite organizar referências de “antes de” e “depois de” em relação aos acontecimentos, e que é estruturado mensurativamente através de unidades como “horas”, “dias”, “meses”, “anos”, “séculos”, etc. Benveniste afirma que este tempo objetivo, fixado no calendário, é exterior à própria temporalidade, na medida em que, devido à sua própria fixidez, isto é, por constituir-se como um registro uniforme, sequencial e permanente de eventos, não coincide com “as categorias próprias da experiência humana do tempo” (PLG II, p. 74).

É aí que entra a noção de *tempo linguístico*, “irreduzível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico” (PLG II, p. 74), e à qual remete toda a experiência temporal do homem, uma vez que, para Benveniste, “é pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo” (PLG II, p. 74). O que há de singular neste nível linguístico do

tempo? De acordo com o linguista, “é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso” (*PLG II*, p. 74). Isto se dá porque “este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no *presente* da instância da fala” (*PLG II*, p. 74, grifo do autor). Este “presente”, tal como afirmado no texto de 1958, não se refere aos acontecimentos de uma cronologia objetiva⁷, ou seja, não coincide com a noção de *tempo crônico*, já que ele “é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido” (*PLG II*, p. 75). Trata-se, portanto, de uma categoria essencial da linguagem, dependente da enunciação, e que constitui, ela própria, “o fundamento das oposições temporais da língua” (*PLG II*, p. 75). Benveniste explica isso em uma longa passagem:

Observar-se-á que na realidade a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente, e que este, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso, é por natureza implícito. Quando ele é explicitado formalmente, é por uma dessas redundâncias frequentes no uso quotidiano. Ao contrário, os tempos não-presentes, sempre explicitados na língua, a saber, o passado e o futuro, não estão no mesmo nível do tempo que o presente. A língua não os situa no tempo segundo sua posição própria, nem em virtude de uma relação que devia ser então outra que aquela da coincidência entre o acontecimento e o discurso, mas somente como pontos vistos para trás ou para frente *a partir do presente*. [...] A língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância de discurso (*PLG II*, p. 75, grifo do autor).

A conclusão a que se chega a partir desta observação é a de que “o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito” (*PLG II*, p. 76). Os outros tempos da língua passam a ser, assim, apenas projeções, “visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente a partir do ponto presente” (*PLG II*, p. 76). É este presente, intrinsecamente ligado à enunciação, que determina referencialmente as formas temporais da língua, e que, como afirma Benveniste no texto de 1970, “imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos ‘tempo’” (*PLG II*, p. 85-86).

Assim, de acordo com a revisão que fiz até aqui, podemos dizer que se a linguagem, contrariamente a uma concepção instrumentalista, é a própria condição da subjetividade, é porque ela dispõe de elementos cujo estatuto específico está necessariamente atrelado à enunciação. São termos cuja existência depende da referência à instância de discurso, cumprindo assim, na linguagem, um papel fundamental: colocar o falante em constante e necessária relação com seu discurso. A necessidade do sujeito de referir e co-referir pelo discurso é o que coloca a linguagem como o próprio fundamento da subjetividade, que Benveniste resume de maneira brilhante:

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias

⁷ Cito novamente aqui a passagem de *Da subjetividade na linguagem* (1958): “Esse é o momento eternamente ‘presente’, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia ‘objetiva’ porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas” (*PLG I*, p. 289).

discretas. A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua “pessoa” (PLG I, p. 289).

Tomando a teoria enunciativa a partir desse aspecto de especificidade de certas formas linguísticas, cujo estatuto de “vazias” as liga ao mundo da enunciação, o que muda no estado da teoria com a formulação da distinção benvenistiana dos domínios “semiótico” e “semântico” da língua? É disso que trataremos a seguir.

2. Semiótico/semântico – a enunciação redimensionada

Conforme bem evidencia Flores (2013), a reflexão de Benveniste em torno da distinção semiótico/semântico nasce na década de 1960, mais especificamente no texto *Os níveis da análise linguística*, de 1964. Como afirma o autor:

Na verdade, os termos *semiótico* e *semântico* não constam em *Os níveis da análise linguística*, mas é nesse artigo que Benveniste esboça, pela primeira vez de forma mais explícita, as complexas relações entre a forma e o sentido que são, por sua vez, a base do raciocínio em torno dos modos *semiótico* e *semântico* (Flores, 2013, p. 127, grifos do autor).

Com efeito, é no texto intitulado *Os níveis da análise linguística*, quando Benveniste se volta para a noção de “nível de análise”, distinguindo as unidades linguísticas de cada nível através de relações entre *forma* e *sentido*, que Benveniste chega ao nível da *frase*, e vê aí a necessidade de se considerar a língua sob uma dupla perspectiva:

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas linguísticas diferentes, embora os seus caminhos se cruzem a todo instante. Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva. A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso (PLG I, p. 139).

Essa mesma problemática é levada adiante e mais detidamente teorizada em *A forma e o sentido na linguagem* (1966), texto apresentado por Benveniste em um congresso de filosofia, no qual o linguista conceitua pela primeira vez os dois domínios da língua como “semiótico” e “semântico”. Nele, Benveniste desenvolve, a partir da reflexão sobre as “noções gêmeas” de *forma* e *sentido*, um percurso de análise da língua semelhante ao do texto *Os níveis da análise linguística* (1964), partindo da concepção saussuriana de língua como sistema de signos, para então “ir além” dela, instaurando, a partir das relações entre *forma* e *sentido* ao nível da frase, a dicotomia *semiótico/semântico*. Nas palavras do linguista:

Contrariamente à ideia de que a frase possa constituir um signo no sentido saussureano, ou que se possa por simples adição ou extensão do signo passar

à proposição e depois aos diversos tipos de construções sintáticas, pensamos que **o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas**. Instauramos na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre a língua e a fala. Parece-nos que se deve traçar, através da língua inteira, uma linha que distingue **duas espécies e dois domínios do sentido e da forma, ainda que, eis ainda aí um dos paradoxos da linguagem, sejam os mesmos elementos que se encontrem em uma e outra parte, dotados, no entanto, de estatutos diferentes**. Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma (*PLG II*, p. 228-229, grifos meus).

Se o que muda de um domínio ao outro é a perspectiva com a qual se olha para a língua, de que maneira isso se reverte na análise? Ou ainda: se passamos da análise da língua em sua função de *significar* (semiótico) para a análise da língua em sua função de *comunicar* (semântico), no que acarreta essa mudança de perspectiva? Mais uma vez, faço minhas as palavras de Benveniste:

Do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva: todas as noções que passamos em revista retornam, mas outras e para entrar em relações novas. A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é senão particular. [...] e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor (*PLG II*, p. 229-230).

No entanto, tal distinção não significa independência entre os dois planos da língua. Como o linguista observa, “esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Na base, há o sistema semiótico, organização de signos [...]. Sobre este fundamento semiótico, a **língua-discurso** constrói uma semântica própria” (*PLG II*, p. 233, grifo meu). O termo “língua-discurso” é aqui de grande importância, uma vez que nos adverte acerca de um equívoco comum: a distinção entre os domínios semiótico e semântico da língua não deve nos levar a crer que um e outro constituam entidades autônomas, independentes uma da outra. Muito pelo contrário, semiótico e semântico constituem-se mutuamente; um não existe sem o outro. Da mesma maneira, referir-se à enunciação não significa ignorar o domínio semiótico da análise linguística, já que este é base para o semântico. Assim, vista a partir desse enfoque, a relação entre língua e discurso não consiste em oposição, mas em uma *relação constitutiva*⁸.

Essa questão nos faz evitar de cometer ainda um segundo equívoco, tão crucial quanto o primeiro: quando Benveniste diz, no texto de 1966, que “se deve traçar, através da língua inteira, uma linha que distingue duas espécies e dois domínios do sentido e da forma” (*PLG II*, p. 229), isso não significa que haveria, no interior da língua, uma porção de elementos pertencente à ordem semiótica e outra à ordem semântica. O que ele afirma com isso é que “há para a língua duas maneiras de ser língua” (*PLG II*, p. 229), ou seja, trata-se de conceber a *língua toda* enquanto sistema formal intralinguístico (semiótico) e de conceber a *língua toda* enquanto língua

⁸ É nesse sentido que afirmo, em Aresi (2011), que “na atualização da língua em discurso por um locutor, semiótico e semântico se entrelaçam. [...] Portanto, a própria denominação *língua-discurso* parece mostrar que enunciar é, em última análise, ‘semantizar o semiótico’” (p. 266).

atualizada em frase por um locutor (semântico). Assim, falar de enunciação é falar sempre da semantização total da língua.

A distinção semiótico/semântico volta a ser tema de reflexão no texto *Semiologia da língua* (1969), no qual Benveniste, seguindo a proposta saussuriana de uma ciência geral dos signos, procura responder à seguinte questão, deixada pelo próprio Saussure: Se a língua é apenas o principal dos sistemas de signos que compõem a semiologia, tal estatuto se dá em virtude de qual motivo? O que faz da língua o principal dos sistemas semiológicos? A resposta que Benveniste formula para essa questão é ela própria de ordem semiológica. A língua é o principal dos sistemas semiológicos porque é ela quem assume o papel de *interpretante* de todos os demais sistemas, sendo essa propriedade de interpretância fruto de uma característica que é única da língua: trata-se da propriedade da língua de ser investida de uma dupla significância, ou como o próprio linguista afirma: “O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação” (*PLG II*, p. 66). Ora, essas duas dimensões da língua dizem respeito justamente à distinção semiótico/semântico: “A língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro” (*PLG II*, p. 64, destaques do autor). Assim, o modo semiótico designaria “o modo de significação que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade” (*PLG II*, p. 64, destaque do autor), enquanto que o modo semântico “se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso” (*PLG II*, p. 66).

A revisão até aqui efetuada dos textos de Benveniste voltados para a instância do “homem na língua” permite constatar, conforme creio ter demonstrado, um alargamento gradual da reflexão enunciativa em relação à língua: de uma visão primeiramente indicial do fenômeno enunciativo, restrita a elementos linguísticos de estatuto referencial específico (pronomes pessoais, demonstrativos, verbos, etc.), para uma visão mais ampla, na qual a língua estaria, na sua integralidade, submetida à enunciação⁹. Se no primeiro grupo a noção de “formas vazias” assume valor operacional fundamental, no segundo ela sequer figura na reflexão. Estamos, portanto, diante de dois “momentos” da teoria que são incomensuráveis em termos de grandeza, pois tratam de aspectos distintos da enunciação.

Em vista disso, a questão que se coloca é: Como o texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), uma vez caracterizado por seu aspecto de síntese organizadora da

9 Cabe aqui uma ressalva: Outorgamos geralmente esta perspectiva global da referência à enunciação aos textos vinculados à investigação da dicotomia *semiótico/semântico*. No entanto, acredito que uma leitura atenta dos textos relativos à temática da distinção *pessoa/não-pessoa* permite surpreender, ainda que de forma embrionária, essa mesma ideia de integralidade. Ora, no próprio texto *Da subjetividade na linguagem* (1958), percebemos que Benveniste, ao falar da forma “ele”, parece lançar essa questão. Diz o autor: “É preciso ter no espírito que a ‘terceira pessoa’ é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e **só se caracteriza por oposição à pessoa eu** do locutor que, enunciando-a, a situa como “não-pessoa” [...]. **A pessoa ele... tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”** (*PLG I*, p. 292, grifos do autor, destaques em negrito meus). Seria interessante analisar o sentido das reticências empregadas por Benveniste na última frase desta passagem. Significariam elas uma espécie de hesitação? Vestígios de uma pequena (mas reveladora) epifania? Uma vez que se tome a forma “ele” como modelo de todos os signos linguísticos ditos “objetivos”, ou seja, a própria *língua*, não poderíamos dizer, com esta constatação de Benveniste, que a *língua toda* tira seu valor a partir da situação de discurso instaurada por *eu*?

problemática enunciativa, concilia essas duas visões? É o que passaremos a ver a partir daqui.

3. Signos vazios/signos plenos – o global e o específico na enunciação

O aparelho formal da enunciação (1970) pode ser considerado, em relação ao conjunto da obra enunciativa de Benveniste, como um texto à parte. Ele constitui o último trabalho publicado pelo linguista no âmbito da enunciação, e é também o único no qual a enunciação é explicitamente tomada como tema, o que se deixa evidenciar a partir do seu próprio título. Ora, basta um rápido passar de olhos pelo sumário de ambos os volumes de *Problemas de linguística geral* para perceber que o termo “enunciação” não é usado em nenhum dos títulos neles presentes, com exceção do texto de 1970. Da mesma forma, tal termo ganha uma ocorrência muito maior neste trabalho específico, se comparado aos demais textos do autor, e com um sentido também outro. Não quero dizer, com isso, que a *noção de enunciação* não esteja presente nas reflexões anteriores de Benveniste¹⁰. Ressalto apenas um dado estatístico relativo à ocorrência do termo, o que não deixa de ser significativo, uma vez que é somente nele que o linguista formula textualmente uma definição teórica para o conceito de enunciação¹¹. Além disso, conforme já salientei, o artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970) apresenta esse duplo caráter, ao mesmo tempo organizador de uma reflexão muito heterogênea em torno da enunciação e prospectivo em relação aos desdobramentos do campo teórico.

Benveniste dedica as linhas iniciais de seu estudo de 1970 a uma importante distinção que permitirá definir a perspectiva enunciativa em relação aos fatos da língua: trata-se das noções de “emprego das formas” e “emprego da língua”. A primeira noção nos insere no escopo da análise e descrição da língua como sistema de signos estruturados em níveis e de suas regras de formação e combinação. Será, no entanto, a partir da segunda perspectiva que a língua será examinada, o que dará a esta, conseqüentemente, outro estatuto, não mais o da língua enquanto sistema de signos, mas o da língua enquanto atividade discursiva.

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se

10 Sobre as relações nocionais e conceituais que compõem a noção de enunciação na teoria benvenistiana, ver ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

11 Acredito que seja importante, aqui, dedicar algumas linhas, mesmo que em nota, à contextualização do artigo *O aparelho formal da enunciação*. Tal texto foi feito entre os anos de 1968 e 1969 por Benveniste a pedido do linguista Tzvetan Todorov, o qual havia sido nomeado o responsável pela edição de número dezessete – dedicada aos estudos da enunciação – da revista francesa *Langages*. Vale ressaltar, ainda, que Benveniste neste texto se dirige a linguistas, uma vez que a revista é voltada para o campo da linguística. Assim, acredito que esse fator, aliado ao fato de ter sido incumbida a ele a tarefa de sintetizar a abordagem enunciativa, incida preponderantemente sobre a forma como a enunciação é tratada no texto e, conseqüentemente, sobre a escolha dos conceitos nele mobilizados. Trago tais dados a partir do trabalho de FENOGLIO, Irène. *Déplier l'écriture pensante pour relire l'article publié. Les manuscrits de "L'appareil formel de l'énonciation"*. In: BRUNET, Emilie; MAHRER, Rudolf. (Orgs.). *Relire Benveniste: Réceptions actuelles des Problèmes de linguistique générale*. Bruxelles: Academia-Bruylant, 2011.

confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido (PLG II, p. 82).

Percebe-se de imediato que muita informação se encontra condensada neste curto parágrafo. O emprego da língua é, então, um “mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (PLG II, p. 82). O que se quer dizer com isso? Bem, ao falar de um “mecanismo total”, Benveniste concede à enunciação uma amplitude teórica maior, se compararmos *O aparelho formal da enunciação* (1970) com textos nos quais o fenômeno enunciativo é tratado de forma indicial, isto é, através de elementos formais relativos especificamente às categorias linguísticas de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, como vimos anteriormente. Tal alargamento da perspectiva enunciativa também se evidencia quando vemos que o emprego da língua constitui um “grande fenômeno” que “afeta a língua inteira”. Podemos, com isso, afirmar que “emprego da língua” é o termo usado inicialmente por Benveniste no texto de 1970 para se referir à enunciação? Ora, essa relação se comprova logo no parágrafo seguinte, composto de uma só frase, no qual o linguista elabora a sua definição nocional mais explícita: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (PLG II, p. 82). Sucessão repentina; uma frase que justapõe, sem aviso prévio algum por parte do autor, dois termos técnicos, substituindo um pelo outro na definição do seu objeto de análise. Esta é, com exceção do próprio título, a primeira ocorrência do termo “enunciação” no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), e a qual já se manifesta na forma de uma definição teórica, um axioma da teoria, que resume magistralmente toda uma abordagem linguística.

Após apresentar sumariamente dois aspectos de ordens distintas da enunciação (o da “realização vocal” e o da “semantização” da língua), Benveniste propõe como o objetivo do texto a consideração da enunciação sob uma terceira abordagem: trata-se de “definir a enunciação no quadro formal de sua realização” (PLG II, p. 83), esboçando, “no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (PLG II, p. 83). Benveniste busca, desse modo, descrever as formas e funções da língua que permitem ao locutor apropriar-se da mesma e atualizá-la em discurso. Assim, se o linguista afirma que se deve considerar a enunciação como “o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam essa relação” (PLG II, p. 82), descrever esses caracteres que marcam a relação do locutor com a língua é descrever o “aparelho formal da enunciação”, do qual depende todo processo de semantização da língua. Cabe notar ainda que Benveniste busca esboçar os “caracteres formais da enunciação” no *interior da língua*. A consequência disso é enorme: os caracteres da enunciação são desde já dados pela própria língua. Em outras palavras, trata-se de considerar que a língua, enquanto sistema formal, prevê a sua própria utilização, a cada vez única, fornecendo, para que isso seja possível, todo um aparelho de formas e funções. Isso significa, em última instância, prever na língua o lugar de sua própria irrepetibilidade. Portanto, se a enunciação diz respeito à atualização da língua em discurso, ao “falar”, nem por isso seu estudo deixa de ser sobre a língua.

Uma outra implicação emerge deste último ponto, e é sobre ela que nos convém aqui realmente tratar: ao definir a enunciação como um “colocar em funcionamento a língua” (PLG II, p. 82), Benveniste nos previne de considerar o aparelho formal da enunciação como um compartimento da língua, ou ainda, como um conjunto específico de caracteres que, por si só, constituiriam a totalidade da relação do locutor com a língua. Porém, considerando que a enunciação, sob essa consideração, possua caráter

global em relação à língua, por que Benveniste insiste sobre a especificidade de alguns de seus elementos? Afinal, como o linguista afirma mais adiante no artigo de 1970,

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de *formas específicas* cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação (*PLG II*, p. 84, grifos meus).

As “formas específicas” da passagem acima recuperam a noção de “índices específicos”, usada quatro parágrafos antes por Benveniste para se referir à enunciação enquanto processo de apropriação da língua:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de **índices específicos**, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro (*PLG II*, p. 84, grifo do autor, destaques em negrito meus).

Conforme veremos a seguir, é evidente que, ao falar das formas ou índices específicos da enunciação, Benveniste refere-se aos elementos da língua descritos por ele em seus estudos da década de 1950, a saber, as formas responsáveis pelas categorias linguísticas de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, já abordadas na primeira parte deste trabalho. Eis, em resumo, os trechos nos quais o linguista descreve tais “índices”:

É primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário (*PLG II*, p. 84, grifos do autor).

Da mesma natureza e se relacionando à mesma estrutura de enunciação são os numerosos índices de *ostensão* (tipo *este*, *aqui*, etc.), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo (*PLG II*, p. 84-85, grifos do autor).

Uma terceira série de termos que dizem respeito à enunciação é constituída pelo paradigma inteiro – frequentemente vasto e complexo – das formas temporais, que se determinam em relação a *EGO*, centro da enunciação. Os “tempos” verbais cuja forma axial, o “presente”, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário (*PLG II*, p. 85, grifo do autor).

Vemos aí clara referência (inclusive em nota de rodapé)¹² aos estudos empreendidos por Benveniste sobre os elementos “dêiticos” da língua em textos como *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958) e *A linguagem e a experiência humana* (1965).

No entanto (e eis aqui um ponto de suma importância), diferentemente de em tais textos, no artigo *O aparelho formal da enunciação* tais elementos não constituem,

¹² Eis a nota de rodapé do texto original: “Os detalhes dos fatos de língua que apresentamos aqui de um modo sintético, estão expostos em muitos capítulos de nossos *Problèmes de linguistique générale*, I (Paris, 1966), o que nos dispensa de insistir sobre eles” (*PLG II*, p. 85, em nota).

por si só, os únicos instrumentos deste processo de apropriação da língua. Como volto a citar a partir do texto de 1970, para Benveniste, “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de *procedimentos acessórios*, de outro” (PLG II, p. 84, grifos meus). Sobre tais “procedimentos”, Benveniste afirmará, mais além no mesmo texto:

Além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes *funções sintáticas*. Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um *aparelho de funções* (PLG II, p. 86, grifos meus).

Assim, para além das “formas” que a enunciação comanda, as quais tomo como os “índices específicos” já mencionados, Benveniste elenca também como instrumentos de realização da enunciação elementos de outra ordem, não mais relativa à consideração restrita de unidades formais isoladas, mas à consideração de “procedimentos” de ordem sintagmática, ou seja, que concernem ao arranjo formal das unidades linguísticas na frase. Trata-se de “um aparelho de funções” (PLG II, p. 86) que revela o quadro sintático da enunciação e cujo fim é suprir a necessidade do locutor de expressar uma “ideia”, de agir sobre o outro, de “influenciar de algum modo o comportamento do alocutário” (PLG II, p. 86). Vemos aí, portanto, como complementares às categorias de pessoa *eu-tu* no estabelecimento da *comunicação intersubjetiva*, funções sintáticas das quais o linguista enumera três (a *interrogação*, a *intimação* e a *asserção*)¹³, além de “todos os tipos de modalidades formais” (PLG II, p. 87), como os modos verbais, por exemplo.

A partir do que foi dito até aqui, percebemos que o texto *O aparelho formal da enunciação* (1970) parece trazer consigo uma complexa dualidade. Ora, o que vemos nessa descrição da enunciação a partir do “quadro formal de sua realização” (PLG II, p. 83) é que, ao mesmo tempo em que Benveniste segue a perspectiva tomada em seus textos dedicados à significação, nos quais se dá a elaboração da distinção “semiótico/semântico” e concebe, portanto, a enunciação como “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (PLG II, p. 82), ele promove também a especificidade de certas entidades da língua, ao afirmar que “a enunciação é diretamente responsável por *certas classes de signos que ela promove literalmente à existência*” (PLG II, p. 86, grifos meus). Desse modo, segundo aponta o autor, “é preciso então distinguir as entidades que têm na língua o seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existe senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor” (PLG II, p.

13 Com relação a estas funções, podemos remetê-las ao texto *Os níveis da análise linguística* (1964), no qual elas são suscitadas por Benveniste ao discorrer sobre o estatuto da *frase* dentre os demais níveis da análise linguística. Diz ele: “A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso. Encontramos a confirmação nas modalidades de que a frase é susceptível: reconhece-se em toda parte que há *proposições assertivas*, *proposições interrogativas*, *proposições imperativas*, que se distinguem por traços específicos de sintaxe e de gramática, e se apoiam igualmente na predicação. Ora, essas três modalidades apenas refletem os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade da frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor” (PLG I, p. 139, grifos meus).

86). Trata-se, portanto, de um lado, de uma visão *global* da teoria, a qual engloba toda a língua e a torna sujeita em sua totalidade à enunciação, e, de outro lado, de uma visão *restritiva* que estabelece como dependentes da enunciação apenas certas classes de signos cuja realidade está atrelada ao uso efetivo da língua, em relação ao locutor e à instância de discurso, por oposição às demais unidades linguísticas, cujo estatuto, na língua, configura-se como “pleno e permanente”¹⁴.

Como coadunar estes dois pontos de vista manifestadamente presentes no texto de 1970? Bem, se tomamos o texto *O aparelho formal da enunciação* como uma síntese organizadora da reflexão enunciativa desenvolvida por Benveniste em diversos textos anteriores, nos quais a problemática do “homem na língua” se coloca ora de modo geral, ora de modo específico, então é de se esperar que o texto de 1970 apresente simultaneamente o que é geral e o que é específico no tocante à enunciação. Assim, se, por um lado, o artigo de 1970 apresenta um aspecto restritivo que estipula a distinção entre signos “vazios”¹⁵ e “plenos” no interior da língua, e que o coloca em proximidade com textos como *A natureza dos pronomes* (1956)¹⁶, por outro, a definição de enunciação como “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (*PLG II*, p. 82) é reveladora de um aspecto mais global do fenômeno enunciativo, segundo o qual todos os elementos da língua mantêm uma determinada relação com a enunciação. Talvez esteja nesta mesma passagem de Benveniste um indício de resposta para esta questão, uma vez que, se a enunciação afeta a língua inteira, isso se dá *de uma maneira ou de outra*. Ora, se podemos afirmar que, no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), a noção de enunciação apresentada leva a uma concepção de que a língua em sua totalidade possui caráter dêitico, também devemos admitir que isso não se dá da mesma maneira para todas as suas unidades. O signo *eu*, por exemplo, nasce da enunciação, e seu estatuto é inconcebível fora dessa esfera, enquanto virtualidade linguística. Por outro lado, as formas pertencentes ao paradigma do *ele*, embora possuam estatuto pleno e permanente na esfera virtual língua, tiram seu valor, na enunciação, sempre em relação a *eu*¹⁷, centro da enunciação e a partir do qual se articula a língua ao ser assumida pelo locutor.

14 Dessons (2006) também aponta para esta dualidade da teoria benvenistiana, embora sua observação não esteja restrita ao texto *O aparelho*. Diz o autor: “*L’étude de l’énonciation recouvre donc, d’une part, une problématique globale qui a la dimension d’une théorie du langage et, d’autre part, des études spécifiques portant sur des formes linguistiques: formes verbales, indices de personne, marqueurs spatio-temporels*” (DESSONS, 2006, p. 67).

15 Cabe aqui colocar o adendo de que não vemos a expressão “signos vazios” sendo empregada por Benveniste no texto *O aparelho*, tal como ela aparece nos textos *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958), por exemplo. No entanto, é inegável que a distinção operada por Benveniste neste parágrafo do texto de 1970 remeta a tais textos e, por conseguinte, implique a referência a este conceito, como demonstra a nota de rodapé a seguir.

16 Cito aqui, à guisa de exemplo, uma passagem de *A natureza dos pronomes* (1956), a qual permite ilustrar bem essa relação entre os textos: “A linguagem resolveu esse problema [da comunicação intersubjetiva] criando um conjunto de signos ‘vazios’, não referenciais com relação à ‘realidade’, sempre disponíveis, e que se tornam ‘plenos’ assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso” (*PLG I*, p. 280).

17 Como já apontei em momento anterior, esta ideia já se encontrava no texto *Da subjetividade* (1958), no qual lemos: “É preciso ter no espírito que a ‘terceira pessoa’ é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como

Portanto, parece ser no processo de conversão da língua em discurso que as entidades linguísticas se subordinam ao *eu*, singularizando-se e adquirindo seu estatuto enunciativo dentro do arranjo sintagmático da *frase*. Comprova isso o fato de Benveniste incluir, no texto de 1970, as próprias “funções sintáticas” no escopo da enunciação, o que significa reconhecer como de ordem enunciativa não apenas formas isoladas da língua, mas a própria configuração do sintagma, categoria de nível distinto, mas que, inevitavelmente, engloba todas as suas unidades constituintes. Admitindo-se esse ponto de vista, torna-se também necessário admitir que, embora a maior parte das entidades da língua tenha um estatuto pleno de significação, uma vez que elas referem a conceitos, objetos, etc., há para cada uma dessas unidades linguísticas também uma parcela de “vazio”, e é isso que permite que a língua comporte o seu próprio uso, na medida em que prevê o uso singular que o locutor fará dela a cada instância de discurso e em sua totalidade.

Conclusão

Procurei, ao longo do presente trabalho, investigar o estatuto teórico dos elementos linguísticos pertencentes às ditas “formas vazias” na elaboração do pensamento enunciativo de Émile Benveniste.

Como pudemos observar, o linguista parte, em seu desenvolvimento teórico, de uma análise indicial da língua, destacando, no interior desta, entidades cuja existência está atrelada indissociavelmente à instância de discurso, e que são, por isso, reveladoras da subjetividade inerente ao exercício da linguagem. Falo aqui das formas integrantes das categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, detalhadamente analisadas em textos como *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958).

O estudo da significação nos textos posteriores de Benveniste, como *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *Semiologia da língua* (1969), levam o linguista a conceber “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (*PLG II*, p. 229), dando ao fenômeno enunciativo um estatuto teórico global em relação à língua: não se trata mais de elementos isolados característicos da enunciação, mas da língua inteira em sua acepção *semântica*, da “língua-discurso” (cf. *PLG II*, p. 233), para a qual uma descrição distinta se faz necessária.

Por fim, Benveniste integra, sob uma descrição formal no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), as formulações teóricas resultantes destes dois “momentos” de sua reflexão enunciativa, colocando-as em uma relação de complementaridade (o global e o específico), o que contribui para o alargamento teórico caracterizador da obra.

Em última análise, o que o texto de 1970 parece mostrar é que a atividade do locutor em exercício de fala constitui uma instância de (re)configuração do próprio sistema da língua. Benveniste parece deixar isso implícito em seu texto de 1970: “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua” (*PLG II*, p. 83). Nesse complexo processo, os “índices específicos” da enunciação cumprem sempre um papel essencial.

‘não-pessoa’. Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’” (*PLG I*, p. 292, grifos do autor).

REFERÊNCIAS

- ARESI, Fábio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. **ReVEL**, v. 9, n. 16, 2011
- _____. **Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste**: uma exegese de *O aparelho formal da enunciação*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS/IL, 2012.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 2006.
- DESSONS, Gérard. **Benveniste**: l'invention du discours. Paris: Éditions In Press, 2006.
- FENOGLIO, Irène. Déplier l'écriture pensante pour relire l'article publié. Les manuscrits de "L'appareil formel de l'énonciation". In: BRUNET, E.; MAHRER, R. (Orgs.). **Relire Benveniste**: Réceptions actuelles des *Problèmes de linguistique générale*. Bruxelles: Academia-Bruylant, 2011.
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.
- _____. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. **Desenredo** (PPGL/UPF), v. 13: p. 9-18, 2017.
- MOÏNFAR, Mohammad Djafar. Bibliographie des travaux d'Émile Benveniste. In: **Mélanges linguistiques offerts à Émile Benveniste**. Louvain: Peeters (Collection Linguistique publiée par la Société de Linguistique de Paris LXX), 1975.
- ONO, Aya. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste**. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.